

IMAGENS SOBRE MOBILIZAÇÕES JUVENIS E ESTUDANTIS: CRIMINALIZAÇÃO ATRAVÉS DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO¹

Carina V. Kaplan*

Recebido em: 19 ago. 2013 Aprovado em: 11 nov. 2013

* Dra. em Educação pela Universidade de Buenos Aires – UBA. Profa. Adjunta Regular da Cátedra de Sociologia da Educação. Professora titular ordinária da Cátedra da Faculdade de Humanidades e Ciências da Educação da Universidade Nacional de La Plata. La Plata, Buenos Aires Province - Argentina. E-mail: kaplancarina@gmail.com

Resumo: Este trabalho propõe uma análise de certas imagens encontradas em artigos jornalísticos que reforçam e contribuem para gerar determinadas representações criminalizantes e penalizantes sobre os jovens, especialmente sobre os homens que vêm das classes mais desfavorecidas. Essas imagens também fazem referência àqueles que, mesmo sem pertencer aos setores populares, se rebelam o reclamam frente a ordem estabelecida dando em conta, assim mesmo, que é um fenômeno histórico e internacional cujas concepções atravessam os discursos estigmatizantes que se reproduzem distintos âmbitos, entre os quais se encontram os meios de comunicação em massa, que possuem um grande poder para produzir e reproduzir aqueles sentidos que colocam os jovens em uma posição de subalternidade.

Palavras-chaves: Discurso mediático. Imagens criminalizantes. Jovens subalternos. Mobilizações estudantis.

IMAGES ON YOUTH AND STUDENT PROTESTS: THE CRIMINALIZATION THROUGH MEDIA

Abstract: This work proposes an analysis of certain images found in journalistic articles that reinforce and contributes to generate certain representations criminalizantes and impose penalties on young people, especially the men who come from the most disadvantaged classes. But also if it makes reference to those who, without even belong to the popular sectors, when they howled upon the complain ahead the established order by giving into account, thus even, which is a historical phenomenon and international whose conceptions are crossing the stigmatizing discourses that reproduce distinct clearly definable, among which, if encentram the means of mass communication that have a great deal of power to produce and reproduce those senses that put young people at a position of inferiority complex.

Key words: Media discourse. Criminalizing images. Youth subalternity. Student mobilizations.

¹ Este artigo foi escrito durante o pós-doutorado realizado, de novembro/2012 a janeiro/2013, junto ao GRPESQ Currículos, redes educativas e imagens, coordenado por Nilda Alves, no Programa de Pós-graduação em Educação/EDU/UERJ, contando com o financiamento da Cooperação Internacional Centros Associados da Pós-Graduação CAPES Brasil- SPU Argentina (Edital n 033/2011) e traduzido por Maruse Santos Carvalho (Gestora de Negócios e processos Gerenciais da FATEC/SP).

Este trabalho pretende interpretar os sentidos construídos sobre a condição juvenil nas sociedades contemporâneas, onde prevalecem discursos e imagens que criminalizam e estigmatizam os jovens, em particular os dos setores populares. Nas sistematizações e análises produzidas no marco do arquivo da imprensa que copiamos em nosso extenso processo de investigação, temos observado que existe uma forte vinculação entre violência, manifestações ou resistências estudantis, e dispositivos de segurança. As fotografias da imprensa são um bom analisador deste fenômeno de criminalização mediática globalizada da miséria social e dos grupos subordinados.

A associação semântica e representativa da mecânica entre violência, delinquência e pobreza atravessa a figura do juvenil. O subalterno visto como delinquential reconhece raízes profundas em nossa matriz social. O olhar social estigmatizante precisa ser analisado em largo prazo, pois as sociedades modernas ocidentais têm construído uma simbologia do jovem como essencialmente perigoso e uma tecnologia de controle social para limitar sua rebeldia ou suas paixões pela transgressão. O uso de uma linguagem penal foi naturalizando e transformando intensamente a mirada coletiva sobre a infância e o período de transição até a vida adulta. Michel Muchembled (2010), em sua história sobre a violência desde a Idade Média até nossos tempos, demonstra como a concentração dos medos sociais nos adolescentes de setores populares se expande por toda Europa, em especial na Inglaterra e França, na segunda metade do século XIX. É neste período quando se impõe o conceito de *delinquência juvenil* para caracterizar a agressividade de uma minoria de adolescentes e jovens nas grandes cidades industriais. Estes jovens caracterizados como potenciais delinquentes soam serem homens. A masculinidade marginal permanece associada à agressividade física e à ilegalidade. Não é azar, então, que as prisões se encham com homens de setores e grupos subalternos.

Em uma linha de continuidade histórica e aproximando-nos dos nossos tempos, podemos constatar que persiste o discurso de sentido comum e que o sentido da “*doxa*” tenta se impor como natural, único e verdadeiro. A hegemonia dos meios de comunicação cria e recria uma forma de sensibilidade específica frente à problemática da violência, onde os jovens são exibidos como maus e onde as instituições sociais, entre elas a escola, estão sob um manto de suspeita e inutilidade. Jovem, pobre e violento se entrelaçam como um triângulo atribuído à ordem da

biologia humana. Precisamente, o racismo biologicista reforça e banha com um brilho de cientificidade esta operação semântica ideológica. A ordem social e cultural se transmuta deste modo, em herança natural: dos jovens são essencialmente perigosas e predispostas a conduta delictiva.

Com a etiqueta, a tipificação do “violento”, em realidade o que se desnuda não é outra coisa a não ser uma dinâmica de poder através da qual atribuem a um indivíduo ou grupo umas determinadas qualidades vinculadas às aparências ou à autoapresentação. A figura do pobre ou o hábito corpóreo subalterno está associada à incivilidade em geral, provocando um tipo de discurso preconceituoso sobre os jovens. Um comportamento social de certa qualidade -violento- passa, deste modo, a ser tratado como um dado essencial de um tipo de indivíduo o de determinado grupo, o que incide fortemente nas representações que os jovens produzem sobre si mesmos. Este controle da aparência pode ser mais brutal, quando se exerce o poder estatal sobre os indivíduos e grupos subalternos. Por sua vez, o discurso midiático criminalizante recria e reforça esta ordem simbólica.

As jovens vítimas passam a ser vitimários da sociedade, que se protege deles, no lugar de protegê-los, dada a sua condição de marginal. Os meios de comunicação os expõem cometendo delitos, ocultando o fato de que, em realidade, os adolescentes, primordialmente homens, são as primeiras vítimas de homicídio. Para expor um caso latino-americano, é significativo trazer os resultados de um informe que põem em relevo que os adolescentes e jovens brasileiros tem alto risco de ser assassinados:

- a) Em 2010, os adolescentes brasileiros do sexo masculino apresentavam um risco 11,5 vezes superior ao das jovens do sexo feminino de serem vítimas de homicídio. Já os adolescentes negros, um risco 2,78 vezes superior ao dos brancos. Os jovens, de uma forma geral, tinham um risco 5,6 vezes maior de serem atingidos por arma de fogo do que por qualquer outro meio. Os dados fazem parte do Índice de Homicídios na Adolescência (IHA) 2009/2010, divulgados em dezembro de 2012.
- b) Segundo o relatório, para cada mil pessoas de 12 anos, 2,98 serão assassinadas antes de completar 19 anos – o que representa um aumento em relação a 2009, quando o índice foi de 2,61. A partir desse índice, é possível estimar que, se as condições que predominavam em 2010 não mudarem, 36.735 adolescentes serão vítimas de homicídio até 2016 – população equivalente, em termos de comparação, a uma cidade de médio porte, como Jundiaí (SP) ou Pelotas (RS).
- c) O cálculo dos riscos relativos confirmou a influência de sexo, cor, idade e meio utilizado no homicídio na probabilidade de ser vítima de assassinato. Hoje, os homicídios representam 45,2% das causas de morte dos adolescentes brasileiros, enquanto para a população total correspondem a

5,1%. De acordo com o último levantamento do IBGE (2010), aproximadamente 13% da população brasileira é composta por adolescentes com idade entre 12 e 18 anos.

- d) O IHA foi lançado em 2009 e pretende estimar o risco que adolescentes, com idade entre 12 e 18 anos, têm de perder a vida por causa da violência².

O vínculo entre violência e exclusão deve ser apreendido no marco de processos estruturais de largo alcance, caracterizados pela fragmentação, a des-civilização e as profundas desigualdades, onde a juventude tem sido um dos grupos mais severamente castigados, processo histórico que tem conservado transformações na constituição da subjetividade. Michael Wieviorka (2006) considera que em contextos de exclusão o de repressão, é dizer, de negação da subjetividade, pode emergir uma violência subjetivante a partir da qual os jovens se identificam com ela. Em seus próprios termos, “[...] a violência expressa um profundo sentimento, uma forte percepção de haver sido depreciados, desqualificados, de não haver sido reconhecidos, respeitados; e a violência há surgido porque há havido uma negação das subjetividades.” (p. 242).

Mencionemos também que o conteúdo da categoria mesma de “violência” tem mudado ao largo de nossa história. Em comparação com outras épocas, podemos dizer que nas sociedades ocidentais do século XX a violência física voltou residual. Segundo Norbert Elias (1990), as formas de violência não física que sempre existiram, mas que até então haviam sido mescladas ou fundidas com a força física, são agora separadas dessas últimas. O processo civilizador é um processo contínuo para perceber e praticar a violência física. No entanto, o que muda no curso do processo civilizador é a percepção que os indivíduos têm sobre as manifestações consideradas como violentas. Nas sociedades mais complexas, política e economicamente mais desenvolvidas, a violência física tende a ser monopólio do Estado. Todavia, o certo é que comparando sociedades concretas, observa-se que pacificação e violência não são fenômenos antitéticos já que coexistem. Violência e civilização estão sobrepostas.

A respeito deste trabalho e partindo do pressuposto que existem condições sociais e culturais particulares para a eficácia de certas visões sobre a violência na escola, desde o ano 2004 estou elaborando, com minha equipe de investigação, um Arquivo Digital da imprensa escrita, em que levantamos os principais diários de alcance nacional da Argentina. A partir deste

² Disponível em: <<http://www.revistapontocom.org.br/destaques/jovens-vitimas>>. Acesso em: 9 jan. 2013.

escopo e sistematização, desenvolvemos leituras críticas dos artigos, interpretando os modos discursivos e imagens produzidas acerca das relações entre desigualdade, violência, juventude e escola. Indagaram-se as situações que se tipificam como violentas e, mais particularmente, aquelas que tendem a reforçar os processos de estigmatização e criminalização dos jovens, com o propósito de identificar os possíveis efeitos sobre a ordem da *Doxa*.

É preciso pontualizar aqui a incidência impetuosa dos meios na temática sobre a conformação do objeto de estudo das violências nas escolas. A presença dos feitos nomeados como “violência escolar” nos meios de comunicação de massa tem conservado em grande medida a instalar o debate nos países dentro da opinião pública, assim como nas agendas dos organismos estatais e incluso nos campos acadêmicos e de investigações. (KAPLAN, 2009).

Antes de examinar uma série de imagens da imprensa, obtidas de nosso arquivo digital assim como também de diversos diários internacionais, mostra-se pertinente efetuar certas precisões conceituais. O termo "violência", na investigação socioeducativa, tem uma diversidade de significados, incluso contraditórios, e em vários dos quais se mantêm aqueles provenientes da sensatez penal e de certos paradigmas científicos hegemônicos. Em primeiro termo, resulta imprescindível estabelecer uma desagregação do termo “violência-escolar”, desarmando como uma unidade de sentido e visibilizar as operações semânticas que se produzem quando esses dois termos são anunciados em conjunto, instaurando a violência como atributo intrínseco da escola. Assim mesmo, com o uso do termo “violências”, pretende-se perceber a multiplicidade de fenômenos que atravessam a trama escolar, a diferença dos enfoques que associam mecanicamente as violências com a instituição educativa a partir de perspectivas criminológicas provenientes do âmbito delictual. Em palavras de Bourdieu (1987, p. 136-137):

Os objetos do mundo social [...] podem ser percebidos e expressados de diferentes maneiras, porque sempre portam uma parte de indeterminação e de imprecisão e, ao mesmo tempo, um certo grau de elasticidade semântica. Este elemento objetivo de incerteza – que é a menudo reforçado pelo efeito de categorização, cobrindo a mesma palavra práticas diferentes – provém uma base a pluralidade de pontos de vista; e ao mesmo tempo, uma base para lutas simbólicas pelo poder de produzir e de impor a visão do mundo legítima.

A mutação nos sentidos sobre o que é considerado violento ou não pode estar ligado a um sentido valorativo, gerado pelas transformações nas formas de socialização e integração em nossa sociedade. Mario Zerbino (2008) afirma que através de distintos deslizamentos de sentido se soam - com pretensões de homogeneidade - englobar baixo uma categoria a uma série de fenômenos distintos.

A violência se converte, assim, em uma substância carente do próprio cruzamento de relações históricas e sociais que a sustentam, instalando a crença de que é um fenômeno intrínseco com o que nascem certos indivíduos. O processo de naturalização se verifica quando as propriedades de um fenômeno social são separadas da rede de relações das que participam e se as reconhece falsamente como pertencendo ao fenômeno em si mesmo.

Para estudar a taxonomia do jovem/aluno violento – jovem/aluno não violento que se apresenta como dicotômica na imprensa é relevante retomar a contribuição da linha de trabalho que vem desenvolvendo sobre as representações sociais e as práticas escolares em que se interpreta a classificação escolar como uma taxonomia social eufemizada, por onde naturalizada, convertida em absoluto; isto é, uma nomenclatura social que já há sofrido uma censura, é dizer, uma alquimia, uma transmutação que tende transformar as diferenças sociais em diferenças inscritas na natureza. (KAPLAN, 2008).

A classificação escolar é uma discriminação social legitimada que tem sido sancionada pela ciência hegemônica, através da qual as causas do fenômeno da violência soam se situar em um indivíduo que aparece praticamente sem história e descontextualizado. Assim, os comportamentos denominados como violentos aparecem separados dos contextos nos que se produzem, isto é, em uma rede de figurações sociais específicas. Para compreender o significado e origem dos atos de violência, há que situar a individualidade dentro de um jogo de inter-relações que não são só intencionais e que têm que ser esclarecidas. A violência nas escolas deve

ser examinada, segundo Eric Debarbieux (2001), tanto macro como microgeneticamente, sublinhando que as causas são sobrepostamente externas como internas, associadas ao grau de organização e desorganização, e onde os atores não são sujeitos impotentes manipulados por agentes externos. Conforme Norbert Elias (1989, p. 45), desde a sobreposição do psico e o sociogenético, a violência se expressa ou emerge em determinadas configurações, considerando os estados de equilíbrio (instável) de poder, que estão no centro da análises das interdependências.

Elias afirma que os processos sociais têm uma organização e história que são próprias e onde a dinâmica dos mesmos não se explica pela participação de cada pessoa, se não por sua própria estruturação. Em suas próprias palavras, trata-se de:

[...] processos sociais que implicam complexos vínculos de interdependência entre as pessoas, que não são estruturas externas o repressiva que acionam sobre as pessoas, se não uma serie de laços largos e diferenciados, que se desenvolvem através do tempo, que supera a perspectiva do indivíduo “clausus” e da sociedade como uma entidade independente que se impõe a os indivíduos.

Os atos de violência em geral, desde o sentido comum, são explicados como “conspirações” de certos indivíduos ou grupos sociais. As ideias de Elias convocam os investigadores à “vigilância epistemológica”, a respeito da insistência no atributo desses atos a designos pessoais. Dar conta da incidência dos fatores estruturais, sem deixar de lado os fatores subjetivos ligados a instituição escolar e as biografias pessoais, implica situar em uma interpretação das violências nas escolas que integra ambos níveis de análises, cobrindo a complexidade do fenômeno.

A CRIMINALIZAÇÃO DOS JOVENS EM IMAGENS

Das análises efetuadas do nosso arquivo de imprensa, surgiram uma série de questões que permitem identificar certas notas constitutivas da mirada social criminalizante sobre os jovens nos distintos espaços socioeducativos que poderíamos sintetizar nas três questões seguintes. Em primeiro lugar, observa-se que nos discursos e imagens dos meios de comunicação se produz uma equivalência entre violência e conflito, colocando em evidência a negação deste último. Desde a

perspectiva dos meios de comunicação hegemônicos, o “conflitivo” se traduz como “violência”. Fala-se e mostra-se o “conflito” e a “violência” como se fossem a mesma coisa. A negação do conflito como parte constitutiva das relações entre os indivíduos materializá-la socialmente.

Em segundo termo, constata-se que os discursos e imagens mediáticos sobre as violências nas escolas portam componentes racistas sobre os jovens de setores urbanos marginalizados, construindo estereótipos sobre os pares jovem violento / jovem não violento e aluno violento / aluno não violento. As formas de racismo se expressam tanto nos modos de nomeação como nas imagens apresentadas nas coberturas.

Em terceiro termo, enfatizamos que predomina a apresentação binária e dicotômica do fenômeno das violências em termos de vítimas e vitimados. Os “vitimados” mediáticos são, na realidade, vítimas da exclusão, e isto se vincula com a exposição dos jovens em condutas individualizantes e autorresponsabilizadores.

Os *meios de comunicação* exibem socialmente suas produções como plausíveis (MARITNI, 2004), objetivas, reais (ZULLO, 2002), a partir de determinadas estratégias discursivas, historicamente construídas e mais ou menos invariantes como o “desaparecimento” das marcas pronominais e encontros de “fontes”. Através das práticas discursivas produzem realidade social, representações que como tal passam ao “espaço público” como “acontecimentos reais”, por terem sido objetivados (MARTINI, 2004) mediante estratégias.

Bourdieu (1997, p. 17-18) assinala que o campo jornalístico.

[...] deve sua importância no mundo social a que detém um monopólio de feito sobre os instrumentos de produção e de difusão de grande escala da informação e, através desses instrumentos, sobre o acesso dos simples cidadãos, pero também de outros produtores culturais [...] a o que eu chamo às vezes “o espaço público”, é dizer a grande difusão.

Por sua vez, a fotografia mostra que a imprensa deve ser pensada como um feito social: não deve ser vista em “*si mesma e por si mesma*” (BOURDIEU, 2003, p. 42). Inclusive quando pode premiar uma fotografia a uma operação automática, sempre há decisões por parte do fotógrafo: eleger o tema, a luz, a altura e o ângulo da câmera, as figuras, os fundos, os focos, os planos, é dizer, construir o ponto de vista, estabelecer um recorte da realidade que se oculta sob uma composição que orienta a mirada dos espectadores.

Assim, percebe-se que a fotografia é uma interpretação do real, uma narração cujo sentido não se encontra na imagem mesma nem em nenhum objeto em particular. Como sustenta John Berger (2006), “As fotografias não narram nada por si mesmas”, o significado é o resultado da interação daquelas com os sujeitos em um contexto determinado, isto é, em um tempo e em um espaço concretos. Cada imagem é um texto que leva em sua formulação os valores e ideias de seu tempo. A capacidade de lê-las (interpretá-las) está vinculada com a possibilidade de compreender o contexto, é dizer, as condições socioculturais, políticas, simbólicas nas que se produzem estas imagens o qual implica, a sua vez, dá conta dos meios nos quais se incluem (quem diz que), os títulos e rótulos aos que se as associam. A presença da palavra altera o sentido que se pode atribuir a uma imagem, ao ponto de produzir significados completamente opostos em uma mesma fotografia.

Também é fundamental ter em conta que se bem as interpretações são próprias de cada sujeito, o sentido sempre remete ao social, ao que temos aprendido e compartilhado ao longo de nossas convivências com os outros. Desse modo, quem toma uma fotografia não só traduz suas próprias intenções, como revela os esquemas sociais de percepção. Em palavras de Bourdieu (2003, p. 67):

A fotografia não pode ficar entregue aos azares da fantasia individual e, por medição dos fatos – interiorização de regularidades objetivas e correntes, e o grupo sujeita esta prática a regra coletiva, de modo que a fotografia mais insignificante expressa, ademais das intenções explícitas de quem a há tomado, e sistema de esquemas de percepção de pensamento e de apreciação comum a todo um grupo.

Como sustenta esse autor, compreender uma fotografia implica recuperar as significações que esta proclama, mas também elucidar aquelas que não são tão explícitas e se revelam devido à sua participação na trama simbólica de uma época. Trata-se de haver imergido e difundido o social também na imagem mais banal.

O autor também adverte que há uma estreita relação entre feitos de classe e imagem, que é o “conjunto de valores que, sem alcançar a explicitação sistemática, tende a organizar a “conduta da vida” de uma classe social”. (BOURDIEU, 2003, p. 148).

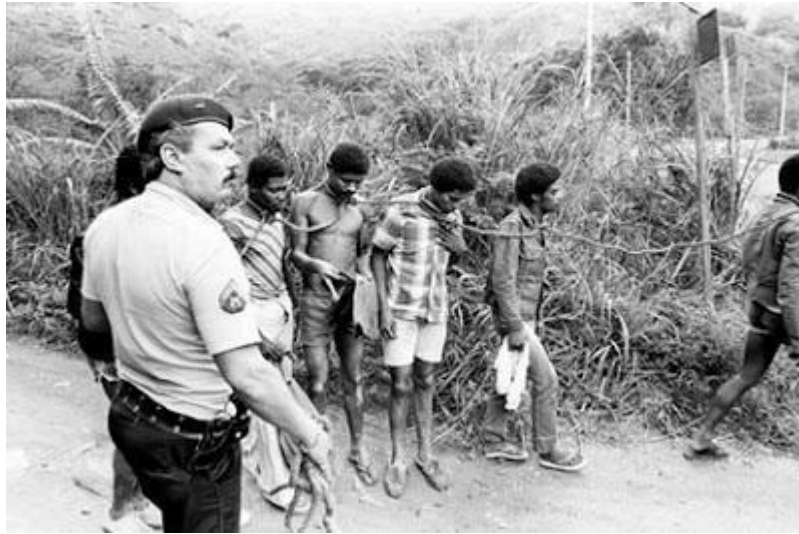
Há que se estudar o sentido da imagem que produz a foto, a partir dos grupos a quem pertencem (e as produzem) e as funções que se as assinalam:

A estética que se expressa tanto na prática fotográfica como nos juízos sobre a fotografia aparece como uma dimensão dos feitos, de maneira que a análise estética da grande massa de obras fotográficas pode legitimamente reduzir, sem ser redutora, a sociologia dos grupos que as produzem, das funções que os assinalam e dos significados que os conferem, explícita e, sobre tudo, implicitamente. (BOURDIEU, 2003, p. 148).

Em outros termos, nenhuma foto é casual, se não que mais bem responde a uma leitura social, ou a uma forma particular de ler o social. Mesmo que aparentemente “natural” ou a estética do natural, obedeci a um ideal criado socialmente que impõe a “naturalidade” como o modelo a seguir. Existe, então, um “campo do fotografável” que não pode ser infinito, se não que está claramente (todavia não explicitadamente) definido segundo os atores, as posições e interesses em jogo.

Em minha estada de pós-doutorado no Brasil, e assessorada em minha busca pela Dra. Nilda Alves, foi observado uma imagem (foto 1) que me pareceu muito representativa, do nível de desumanização e inferiorização, que pode alcançar os efeitos deste sentido comum penalizante acompanhado de práticas sistemáticas de perseguição e criminalização da juventude e a miséria social em nossos países latinoamericanos. É o caso da fotografia intitulada “Todos negros”, de Luiz Morier, publicada no Jornal Diário do Brasil, que obteve o prêmio Wladimir Herzog em 1983. O fotógrafo conta que encontrou esta cena durante o tempo em que retratava alguns bombardeios.

Foto 1 – Todos Negros (Polícia Militar do Rio de Janeiro detendo a “suspeitos” da favela).



Fonte: Jornal Diário do Brasil. Foto de Luis Morier. Disponível em: <http://ahistoriabemnafoto5.blogspot.com.br/2007/09/depoimento-5.html>. Acesso em: jan. 2013.

A lente captou o momento em que esses jovens da favela estavam atados do pescoço para baixo, à vigilância policial. Suspeitos por serem negros, pobres, jovens, homens, a foto se volta paradigmática para retratar a humilhação e a escravidão exercidas por um representante do Estado, uma autoridade que se supõe deveria estar para proteger, não para submeter aos mais fracos com métodos medievais. O fotógrafo relatou sua surpresa não só porque entendeu que eram levados por sua cor de pele e por serem pobres, mas também pela “metodologia” da corda no pescoço em um tempo em que se utilizam algemas. Portanto, revela-se nesta foto uma completa impunidade exercida pela “Mão direita do Estado”, que traduz outra perversão: se o jovem da direita avança, necessariamente todos devem se mover para não morrerem enforcados por seu próprio companheiro. Talvez seja uma metáfora do processo que leva aos setores mais fracos a se autoestigmatizar. Seus rostos olhando para abaixo não exibem surpresa, a não se um certo desconcerto, mas, fundamentalmente, observa-se a submissão nos mostrando que já foram interiorizadas as estigmatizações e humilhações permanentes.

Em nossas investigações também temos observado que existe uma forte vinculação entre violência, manifestações ou resistências estudantis, e dispositivos de seguridade. As fotografias

da imprensa escrita, tal como se vem argumentando, são um bom analisador deste fenômeno de criminalização da miséria social e dos grupos subordinados.

As mobilizações estudantis fazem história. Em todas as épocas de grandes transformações, os jovens tentam se rebelar e resistir publicamente aos mecanismos e práticas de ordem social estabelecidos ao que veem como injusto. “Em nossa história social, as mobilizações estudantis foram ajudando a gerar consciência social emancipatória a vez que pagaram um alto custo em sangue jovem.” (KAPLAN et al, 2012, p. 17).

As seguintes imagens (fotos 2, 3, 4) representadas midiaticamente homologam as transgressões dos jovens e alunos com a violência delictual. O certo é que desobedecer a rebelar-se não é sinônimo de delinquência, mesmo que assim fique aliada desde determinado sentido da *doxa* penalizante, que equipara qualquer comportamento tipificado como inadequado a um ato de violência que deve ser castigado severamente, evitando, em qualquer caso, a compreensão das circunstâncias mais amplas que as originam.

Foto 2 – Se enfrentam estudantes e policiais na Itália por cortes na educação.



Fonte: Noticiário mexicano Televisa. Disponível em: <<http://noticierostelevisa.esmas.com/internacional/508937/se-enfrentan-estudiantes-y-policia-italia-recortes-educacion>>. Acesso em: 5 out. 2012.

Foto 3 - Grupos de encapuzados se enfrentaram com a polícia, ao finalizar uma massiva mobilização estudantil que exigia educação superior gratuita e de qualidade.



Fonte: Jornal Los Andes da Província de Mendoza, Argentina. Disponível em: <<http://www.losandes.com.ar/notas/2012/5/16/chile-violentos-incidentes-nueva-marcha-educacion-642733.asp>>. Acesso em: 16 maio 2012.

Foto 4 - Em 16 de setembro de 1976, efetivos de segurança do Estado começaram um operativo, que durou vários dias, para efetuar detenções massivas de estudantes de secundária na cidade Argentina de La Plata.



Fonte: Disponível em: <<http://www.lavozdelsandinismo.com/internacionales/2011-09-16/argentina-recuerda-la-noche-de-los-lapices>>. Acesso em: jan. 2013.

De todos os modos, o que chama poderosamente a atenção em todas as fotos é a relação possível de estabelecer (e que surge quando um aprofunda e se detém a analisar) entre a imagem e as palavras que as acompanham. Por um lado, as fotografias nos mostram a polícia em pleno exercício do monopólio de sua força, em uma clara relação de assimetria a respeito de quem vem ou vai dirigida: em uma dessas imagens temos a um jovem no chão, com as mãos sobre a nuca, em um ato claro de “rendição”, próprio do sometimento que se o exige aos delinquentes. Ali, nesta primeira descrição de uma parte da fotografia, podemos observar como opera a criminalização dos jovens, evidenciando claramente sua subalternidade. A representação corporal da figura do delinquente se manifesta com o jovem tirado no piso, suas mãos na nuca e dois agentes sobre ele, um dos quais levanta a perna como querendo pisá-lo, quase como se vencendo um bicho perigoso.

Na outra fotografia, observamos 3 policiais levando e arrastando à força um jovem com mochila, em uma situação que nos recorda o modo em que se trasladam os reféns de guerra ou uma bolsa muito pesada.

A última imagem, em branco e preto, faz parte dos arquivos nacionais Argentinos e retrata o terrorismo do Estado, iniciado na Argentina em março de 1976 com o golpe militar. Essa foto onde se observa a polícia entrando em uma escola da Cidade de la Plata para sequestrar, torturar e fazer desaparecer os estudantes remete a outro contexto, no entanto, cobra uma grande atualidade quando reflexionamos sobre as situações de violência que ocorrem dentro da escola, nas quais se reclama a intervenção das forças policiais desde distintos setores da sociedade que veem a política de mão dura como alternativa possível para a solução dos conflitos.

A respeito, Virginia Sáez, investigadora de tese doutorada de nossa equipe, demonstra que quando se produzem situações de violência no espaço escolar, o discurso jornalístico tende a promover uma “solução policial” como uma dessas alternativas mais efetivas. (SÁEZ, 2012)

Em todas as fotos, apesar de pertencerem à distintas épocas e a países diferentes, como Itália, Chile e Argentina, há algo que se repete e tem a ver com a concepção na histórica do jovem como um sujeito (mas também como um objeto, porque desse modo o desumaniza e o neutraliza) perigoso. Tal como aponta o começo de este trabalho, a respeito da imposição do conceito de *delinquência juvenil* em toda Europa até mediados do século XIX, as imagens expressam, através de sua própria linguagem, aqueles sentidos que já não podem ser ditos

através das palavras. A criminalização e os enfoques penalizantes sobre os jovens são suscetíveis de serem captados, ao observar definidamente cada uma dessas imagens. Os policiais *munidos* de cassetetes, capacetes, escudos, vestidos para um enfrentamento “com um inimigo armado”, se encontram finalmente com jovens de óculos, jeans e tênis, pensam igualmente e seguem sendo objeto de temor social.

Antes de finalizar, farei uma última observação a respeito das primeiras duas imagens, as mais atuais. Mesmo quando estas transmitem o abuso de poder, a repressão e a humilhação, não deixam de nos surpreender com os titulares de cada uma delas, porque conseguem reverter, frente o espectador desprevidado, o sentido que temos construído. Tanto o titular que acompanha a imagem, que publica o canal pertencente à empresa mexicana Televisa, “Se enfrentam estudantes e polícia na Itália por novos cortes na educação” como o compete do diário argentino Los Andes “Grupos de encapuzados se enfrentaram com a polícia ao concluir uma massiva mobilização estudantil que exigia educação superior gratuita e de qualidade” não só reforçam a mirada criminológica sobre os jovens, se não fixa esses últimos em plano de igualdade com as forças policiais. é dizer, incluso quando as fotos mostram que os jovens estão desarmados, no piso, indefesos, os titulares guiam a leitura até o sentido oposto, qualificando de “enfrentamento” a mais clara repressão policial. “Grupos de encapuzados” é a parte que funciona como o todo para nomear os jovens, uma sinédo que como tantas outras que seguem operando socialmente, prontas para serem utilizadas para justificar o uso da força frente os “distúrbios na via pública”. Champagne (1999) é um dos autores que analisa esta idea da fabricação coletiva das representações que perduram no tempo, por mais que depois se esclareça ou se busque retificar. (SÁEZ, 2012).

Em suma, estes tipos de coberturas midiáticas terminam despolitizando as circunstâncias e as desigualdades sociais, concluindo com a judicialização de qualquer reclamação ou mobilização, evitando colocar na agenda aquelas problemáticas que se subjazem e visibilizam-se quando se pensa no social a partir do conflito.

REFERÊNCIAS

- BERGER, J. **Mirar**. Barcelona: Gustavo Gili, 2006.
- BOURDIEU, P. Los tres estados del capital cultural. **Sociológica**: México, 1987. p. 11-17
- BOURDIEU, P. **Méditations pascaliennes**. Paris: Seuil, 1997.
- BOURDIEU, P. **Un arte intermedio, ensayo sobre los usos sociales de la fotografía**. Barcelona: Gustavo Gili, 2003.
- BRENER, G. Violencia e escuela como espectáculo. La relación medios-sociedad. In: KAPLAN (Ed.). **Violencia escolar bajo sospecha**. Buenos Aires: Miño & Dávila, 2009.
- CHAMPAGNE, P. La visión mediática. In: BOURDIEU, P. (Dir.). **La miseria del mundo**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1999. p. 51-63
- DEBARBIEUX, E. A violência na escola francesa: 30 anos de construção social do objeto (1967-1997). **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 27, n. 1, p. 163-193, jan./jun, 2001. Disponible en: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v27n1/a11v27n1.pdf>>. Acesso en: enero 2013.
- ELIAS, N. **El proceso de la civilización**. Investigaciones sociogenéticas e psicogenéticas. Madrid: Fondo de Cultura Económico, 1989.
- ELIAS, N. **Compromiso e distanciamiento**. Barcelona: Ediciones Península, 1990.
- KAPLAN, C. V. **Violencias en plural**. Sociología de las violencias en la escuela. Buenos Aires: Miño & Dávila, 2006.
- KAPLAN, C. V. **Talentos, dones e inteligenciase fracaso escolar no é un destino**. Buenos Aires: Colihue, 2008.
- KAPLAN, C. V. **Violencia escolar bajo sospecha**. Buenos Aires: Miño & Dávila, 2009.
- KAPLAN, C. V. Jóvenes en turbulencia. Miradas críticas contra la criminalización de los estudiantes. **Propuesta Educativa**, Argentina, n. 35, p. 95-103, 2011.
- KAPLAN, C. V.; KROTSCH, L ; ORCE, V. **Con ojos de joven**. Relaciones entre desigualdad, violencia e condición juvenil. Buenos Aires: Editorial de la Facultad de Filosofía e Letras, 2012.
- MARTINI, S. **Periodismo, noticia e noticiabilidad**. Buenos Aires: Norma, 2004.
- MUCHEMBLED, R. **Una historia de la violencia**. Del final de la Edad Media a la actualidad, Buenos Aires: Paidós, 2010.
- SÁEZ, Virginia. **Prácticas discursivas e imagens mediáticas sobre las violencias en los espacios escolares**. Un análisis socioeducativo de la taxonomía alumno violento / alumno no violento en los medios gráficos de La Plata. 2012. Tese (Mestrado) – Facultad de Filosofía y Letras. Universidad de Bueno Aires, Buenos Aires, 2012.
- WIEVIORKA, M. La violencia: destrucción e constitución del sujeto. **Espacio Abierto**, Maracaibo, v. 15, n. 1-2, p. 239-248, jun. 2006.

ZERBINO, M. **19 proposiciones para discutir sobre la violencia**. 2008. Disponible en: <http://www.oei.org.ar/edumedia/pdfs/T06_Docu5_19proposicionesparadiscutir%20_Zerbino.pdf>. Acceso en: enero 2013.

ZULLO, J. Estrategias de la prensa actual: información, publicidad e metadiscurso. En: RAITER, A. (Ed.). **Representaciones sociales**. Buenos Aires: Eudeba, 2002.